

**O PASSADO E PRESENTE DOS DOCUMENTOS
IMPRESSOS: A REVISTA DO IHGRN E A
PEDAGOGIUM COMO ESPAÇOS DE SABERES**

**THE PAST AND PRESENT OF PRINTED
DOCUMENTS: THE IHGRN JOURNAL AND THE
PEDAGOGIUM AS SPACES OF KNOWLEDGE**

Láisa Fernanda Santos De Farias¹

Ledson Marcos Sousa da Silva²

Olívia Morais de Medeiros Neta³

RESUMO:

Este artigo objetiva discutir como os documentos impressos, públicos ou de acesso digital podem ser úteis ao trabalho do historiador a partir de seu interesse de pesquisa, levando em consideração o caso da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a Revista *Pedagogium*. Isso se dá pelo fato de termos a consciência de que o conceito de fonte dentro da ciência da História passou por ampliações a partir da década de 1970 com novos paradigmas de pesquisas e análises dentro da área da História da Historiografia. Entendemos que o trato com as fontes teve que se adequar aos novos usos a partir do avanço da tecnologia, já que, com o risco de perder uma documentação devido ao tempo, bem como a falta de uma boa gestão e de organização de arquivos públicos, estes estão

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Esse texto é produzido a partir do investimento de pesquisa feito pela FAPERN, órgão do Estado do Rio Grande do Norte responsável por financiar pesquisas no referido Estado. E-mail: nandafarias07@gmail.com.

² Doutorando em História pela Universidade Federal do Pernambuco (UFPE). E-mail: ledson.15@hotmail.com.

³ Doutora em Educação, mestre em História e graduada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora do Centro de Educação da UFRN. E-mail: olivia.neta@ufrn.br.

sendo migrados para o espaço digital e merecem uma atenção dos pesquisadores que dele necessitam. Mediante isso, este estudo não só debate os saberes produzidos nesses espaços de divulgação, como também discute a importância da digitalização dos impressos em acervos digitais para o desenvolvimento de pesquisas.

Palavras-Chave: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Pedagogium. Métier historiográfico. Pesquisa digital.

ABSTRACT:

This article aims to discuss how the printed documents, public, digital access, can be useful to the work of the historian from their research interest, taking into account the case of the Journal of the Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte and the Pedagogium Magazine. This is all due to the fact that we are aware that the concept of source within the science of history has been expanded since the 1970s with new paradigms of research and analysis within the area of historiography. Thinking about the historian today, we understand that the treatment with sources had to adapt to new uses from the advancement of technology, since with the risk of losing documentation due to time, as well as the lack of good management and organization of public archives, these are being migrated to the digital space and deserve attention from researchers who need it. Through this, this study not only discusses the knowledge produced in these spaces of dissemination, but also discusses the importance of digitizing printed matter in digital collections for research development.

Keywords: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Pedagogium. Historiographic Profession. Digital research.

Introdução

A intenção científica deste artigo concentra-se em entender as potencialidades que as fontes impressas possibilitam ao trabalho do historiador. Um texto impresso pode não ser visto no momento em que foi escrito, porém é possível que o universo social tempos depois consagre aquele material como fonte para a lapidação narrativa do profissional da

História, ou seja, é o âmbito social e o tempo que definem o que é ou não fonte do métier histórico.

Ao se discutir fontes impressas e o trabalho do historiador, vale a pena considerar a ampliação do conceito *fonte* na historiografia. A fonte é fundamento da pesquisa histórica. É a base de um trabalho historiográfico a ser fabricado. O historiador ao longo do tempo lidou diversas vezes com as questões de metodologia, com a própria concepção do que é a História e, também, quanto ao fundamento em que trataria seu objeto de pesquisa, isto é, o objeto que ele investiga para seu trabalho. Por muito tempo já o conceito de *monumento* foi utilizado para dar significado ao objeto em que o historiador iria fabricar sua narrativa. Por outro lado, o século XIX trouxe o conceito de fonte em que abrange a longa dimensão do objeto de pesquisa do profissional da História.

O historiador tem como primazia o trabalho com os mortos? Ou seu trabalho é propriamente voltado aos arquivos? Diante dessas duas questões, como conceber sua fonte? Muitos são os textos que discutem novas formas de abordar a fonte histórica, como é o caso das novas fontes e abordagens de Peter Burke (1992) ou Le Goff e Pierre Nora (1995). Júlio Aróstegui (2006), por exemplo, discute que há uma conciliação entre as abordagens, os métodos com a fonte em que o historiador irá se debruçar. Logo, este profissional fabrica uma série de associações quanto à fonte que ele estuda. No dizer de Albuquerque Júnior (2019), o historiador fabrica temporalidades e espacialidades, costurando sentido histórico a partir de sua narrativa.

Para este estudo, considera-se as revistas impressas, divulgadas por projetos do Rio Grande do Norte, que são elas a Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) e a Revista *Pedagogium*. Ambas escaladas para fomentar pesquisa e divulgação do saber a respeito do Estado potiguar. A primeira concentrando-se sobre a produção de saber sobre História e Geografia; a segunda visando promover os estudos na dimensão da educação, sendo ligada à Associação de Professores do Rio Grande do Norte. (AZEVEDO; MEDEIROS NETA, 2022). Elas são próximas, considerando o tempo de lançamento e seus objetivos de construir sentido sobre o que seja o Estado do Rio Grande do Norte. Assim, o que se busca com essa investigação é entender como essas fontes fornecem base para o trabalho do historiador.

Várias figuras que se debruçaram sobre o saber histórico fizeram parte dos dois grupos, como é o caso de Manoel Dantas e Nestor Lima. Esses dois e suas colocações

nessas duas revistas serão investigados para procurar entender como se configura a participação do historiador nesses espaços de produção e divulgação do saber, quer na dimensão da História, quer na dimensão da educação. Aqui historiador e educador se entrelaçam e, nessa relação imbricada, é digno de nota as seguintes perguntas: do que vale o saber? Como o historiador contemporâneo pode aproveitar esses materiais para o estudo da História da Historiografia e da História da Educação?

Vale salientar que o acesso feito a esses periódicos foi realizado de forma *online*, já que boa parte das revistas são bem antigas e que o manuseio do documento físico, feito por algum pesquisador, poderia comprometer seu estado de conservação. Assim, a pesquisa foi possível graças à ampliação de acesso às fontes digitais e da divulgação destas a partir de repositórios *online* como o Laboratório de Imagens da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - LABIM, que é o responsável por digitalizar e divulgar um acervo composto por livros, artigos, fotografias, jornais, teses, dissertações, monografias e outras produções bibliográficas, além do Laboratório de História e Memória da Educação do Rio Grande do Norte (LAHMED) que além de congrega pesquisadores de diversas áreas em prol da pesquisa em História da Educação no Estado potiguar, também se compromete com a divulgação de fontes, acervos e trabalhos desenvolvidos nesta mesma temática.

Para uma melhor compreensão de como o trabalho de pesquisa com esse material é feito, dividimos este estudo em duas partes. Na primeira parte deste artigo será discutida uma apresentação da dinâmica de publicação e poder na Revista do IHGRN e na Revista *Pedagogium*, tentando buscar uma compreensão de como elas contribuem para a pesquisa dentro da História da Historiografia e da História da Educação.

Já na segunda parte, trataremos um exemplo de como esses impressos podem ser usados dentro de uma pesquisa. Por isso, esse trabalho traz uma investigação de como o historiador pode se apropriar desses arquivos e dessas revistas em espaços digitais como a fonte para o seu trabalho, bem como da importância da ampliação desses arquivos para as pesquisas que vêm sendo feitas nos últimos anos.

A Revista do IHGRN como espaço de divulgação da produção de saberes

A fundação do IHGRN foi proposta com a finalidade de reunir e catalogar os documentos relacionados à História e à Geografia do Estado. Criado em 1902 por

iniciativa do governador Alberto Maranhão e idealizado por Vicente Lemos, o instituto assumiu o compromisso de preservação do legado do século XIX, buscando enriquecer “registros novos de acontecimentos e vidas que merecem ser lembrados na crônica do mundo” (REDAÇÃO, 1903, p. 04). Uma referência ao século XIX sugere um período de descobertas, destacando uma busca pela verdade na História e na Geografia e a ciência como meio de revelar realidades:

um dos grandes serviços do século findo, esse fecundo ciclo histórico tão pródigo em descobertas magníficas, foi sem dúvida o empenho pertinaz e fatigante de espíritos eminentes em fazerem reviver na crônica científica os grandes homens e os factos memoráveis que se agitaram a face do planeta, no combate constante e produtivo que a lei da evolução preside, desde as afastadas épocas, apenas divulgadas pela poderosa lente indutiva da sabedoria moderna (REDAÇÃO, 1903, p. 03).

O surgimento dos institutos históricos está ligado à construção da noção de identidade nacional. No contexto brasileiro, esse esforço é destacado quando se observa o desenvolvimento de museus, bibliotecas e símbolos nacionais. É importante salientar o papel do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), estabelecido em 1838 com o apoio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional para cumprir essa tarefa. Sob o patrocínio de Dom Pedro II, considerado o “guardião das letras”, o IHGB assumiu a responsabilidade de forjar uma representação unificada e universal do país por meio de narrativas históricas e geográficas (CEZAR, 2018). Figuras como Raimundo da Cunha Matos e o Cônego Januário da Cunha Barbosa empreenderam esforços para criar uma cronologia que explicasse o fenômeno brasileiro. Essa missão foi um projeto de Estado, visando estabelecer a noção de passado compartilhado e uma História comum a todos os cidadãos.

Com a instauração da República, as unidades federativas passaram a buscar fortalecer a sua própria noção de identidade coletiva e o seu passado compartilhado, resultando na criação emergente de instituições destinadas a moldar o tempo e o espaço para o “povo”. O termo “povo”, destacado entre aspas, reflete sua natureza como um conceito coletivo-singular, que também emergiu nesse esforço de construção de uma identidade comum. Ele representa uma concepção formulada para moldar a ideia de massas, de população dentro de uma nação, sendo uma construção política e social

estratégica. Foi utilizado de maneira deliberada para promover uma imagem de unidade entre os habitantes, todos oriundos do mesmo território e sob a mesma bandeira da pátria. Não é apenas no sentido de aglutinar linguagem, religião, apoio a um grupo de políticos ou um reconhecimento genealógico que se faz uma nação. O Estado é uma forma política que não se faz nação de modo natural. É preciso todo um esforço político e intelectual para produzir a sensação de comunidade, que comungue valores e discursos comuns (ANDERSON, 2008).

A historiografia na Revista do IHGRN dá vazão a uma produção de presença, ou seja, uma História que se pretende ser própria a todas as pessoas. Colocada ali sob o interesse de alguns, sobretudo representantes do Estado do Rio Grande do Norte, a Historiografia do IHGRN se consolidará como a definidora dos moldes imagéticos do que é ser potiguar. Para uma nação ou uma ideia de norte-rio-grandense ser produzida, move-se todo um escalão de sujeitos que interajam em instituições e outros mecanismos de produção discursiva.

Além dos Institutos Históricos e Geográficos e das publicações que são frutos das discussões realizadas por seus intelectuais, museus e outras instituições surgiram com o propósito de estabelecer conexão entre as pessoas por meio do passado (SCHWARCZ, 1993). Essas entidades eram lideradas por sujeitos que circulavam entre campos em relação ao universo político, por excelência e outros meios, como o jornalístico, o religioso e o militar.

O quadro do IHGRN não deixa mentir acerca dessa diversidade de representantes da união entre o universo intelectual e outros espaços. Tal homologia reflete o interesse diverso de narrar a História e a Geografia do Estado constituindo-se, assim, em espaços que foram ocupados com base no projeto de construção de uma identidade para o povo. Logo, essa proposta não se estende apenas ao IHGRN. No Rio Grande do Norte, outro exemplo é a Academia Norte-rio-grandense de Letras. Esse projeto remonta ao século XIX, evoluindo de espaços dedicados à História, ao Direito ou à Medicina. Ademais, pode-se mencionar a publicação da Revista do Rio Grande do Norte, que é outro esforço dessa intelectualidade de falar desse mundo que estava em construção.

Existe uma estreita relação entre os Institutos Históricos e Geográficos, já que são concebidos com o propósito de preservar a História e a memória. É notável que os Estatutos do IHGRN e do IHGB sejam praticamente idênticos. As diferenças perceptíveis

estão relacionadas principalmente aos detalhes específicos do Estado do Rio Grande do Norte mencionados no Estatuto do IHGRN. No entanto, as concepções sobre arquivos e o papel do historiador são estritamente semelhantes. Há uma preocupação fundamental com a busca pela verdade. Ambos os institutos buscam recuperar o passado perdido e contar a História de um povo unido por meio de uma herança comum (REDAÇÃO, 1903).

Além disso, existe uma conexão direta entre esses institutos e o contexto francês, não apenas em relação à formação de indivíduos envolvidos, mas também no que diz respeito à institucionalidade e aos padrões de operação. Por exemplo, o IHGB mantinha laços estreitos com o Instituto Histórico de Paris e a Sociedade Real dos Antiquários do Norte, na Dinamarca. Correspondências entre o IHGB e essas instituições foram estabelecidas, permitindo troca de conhecimentos e facilitando a construção de uma cultura científica e a elaboração de narrativas históricas entre ambos os continentes. Tais laços sociais constituem um jeito de ser pesquisador, a partir de um *ethos*, uma ética historiográfica, que se fundamenta em procedimentos, princípios e na complexidade que une política e retórica. Conforme os estudos de Evandro Santos, ao investigar a atuação de Francisco Adolfo Varnhagen no IHGB, é importante estar atento ao

impreciso estabelecimento de características que, à medida que passaram a ser compartilhadas ou disputadas pelos sábios do século XIX, acabaram por delinear certo *ethos* do historiador, profissional pouco definido – porém destacado – naquele século em parte significativa do mundo ocidental (SANTOS, 2014, p. 29).

É na conjuntura impregnada pela cultura de produção historiográfica, de *ethos* compartilhado, que o IHGRN vem à luz, destinado a lidar com os desafios de identidade da recém-formada unidade federativa. É muito importante ressaltar que este é um momento em que o próprio país ainda está se formulando. Pouco se sabia sobre o que hoje é conhecido como a região centro-oeste do Brasil, sobre as populações indígenas e sobre a Amazônia e sua riqueza ecossistêmica.

Nesse ínterim de conceber uma ideia de Estado, a dimensão política continua desempenhando um papel proeminente. A política é uma força motriz desse trabalho, pois o Estado do Rio Grande do Norte não surge de forma instantânea, mas está em constante movimento. Um dos primeiros conflitos enfrentados por essas formações federativas é

com o Estado do Ceará. O IHGRN mobilizou esforços para resolver a disputa territorial com o Ceará. À medida que as unidades federativas se organizavam com base em sua Geografia e História, tornava-se necessário definir os limites territoriais entre elas. Tornou-se notória a disputa entre Ceará e Rio Grande do Norte pelas regiões próximas a Mossoró. Bruno Costa abordou a forma como a questão foi discutida e decidida em favor do Rio Grande do Norte.

Foi significativo o fato de o Ceará não ter seus membros associados ao Instituto Histórico e Antropológico do Ceará, enquanto o Rio Grande do Norte contava com a articulação do IHGRN. O instituto do Ceará já tinha mais tempo de vida e produziu muito conteúdo sobre o passado do Estado. Ao contrário do Rio Grande do Norte, que se mobilizou efetivamente para esse trabalho posteriormente às reivindicações do Ceará à terra em disputa. A solução para a querela foi alcançada pelo Supremo Tribunal Federal, na qual os argumentos da ancestralidade dos povos, o uso dos espaços e as divisões territoriais do passado tornaram-se crucial para conscientização e estabilização do conflito (COSTA, 2017).

Segundo o historiador Bruno Costa, os integrantes do IHGRN construíram discursivamente uma temporalidade específica para o Rio Grande do Norte, isso em relação à temporalidade nacional (COSTA, 2017). Os textos produzidos nos primeiros vinte anos de funcionamento do Instituto tinham como objetivo de situar o Estado potiguar dentro de um contexto mais amplo e que era o projeto de construção da nação. Em outras palavras, tratava-se do esforço de estabelecer uma conexão entre a unidade federativa e a nação, por meio de discursos de natureza histórica e geográfica.

Portanto, seguindo o argumento de Costa, destaca-se o trabalho dos membros do IHGRN, que empreenderam os esforços significativos para uma produção de monografias, de registros dos eventos comemorativos e notas biográficas em abundância. O objetivo era aproximar as populações em torno de uma narrativa histórica coesa, unindo uma ideia de nação com a concepção de um Rio Grande do Norte identitário. Ao longo de sua História, o IHGRN dedicou-se a concretizar esses tempos e espaços como parte integrante de um projeto de Estado.

Ao longo de todos os anos de sua existência, a Revista do IHGRN está repleta de histórias que destacam personalidades da colonização, narrando como esses espaços foram gradualmente povoados. Os sócios do Instituto também abordam a presença da pecuária e

outras formas de sustento econômico, além de explorar as figuras que desempenharam papéis importantes no cenário político, mesmo antes da Proclamação da República. Esses textos fundantes da Revista são assinados conforme a querela com o Ceará. A colonização é um tema comum dessas histórias, tendo em vista a disputa que estava no presente e, também, no horizonte de expectativa. Além dessas narrativas, as celebrações presenciais são eventos frequentes, reunindo os membros do instituto para ouvir os discursos realizados tanto na sede do instituto quanto em outros espaços públicos. Essas celebrações servem para enriquecer ainda mais a compreensão e a valorização da História e da cultura locais.

Nos primeiros dez anos de atividade da instituição no Rio Grande do Norte, houve concentração significativa na delimitação precisa do espaço geográfico da região. Sócios como Augusto Tavares de Lyra, Coelho Rodrigues e Felisbello Freire dedicaram os seus esforços para apresentar uma narrativa histórica e geográfica que refletisse a “identidade norte-rio-grandense”. E, através das publicações de artigos, ensaios e outros textos, eles contribuíram para reconstrução da História desde os primórdios da colonização até o período da Primeira República.

Além disso, o compromisso em harmonizar a identidade federativa com a identidade nacional permaneceu uma constante ao longo das décadas seguintes, como está indiciado por publicações que abordavam essa missão até mesmo durante a década de 1960 (AUGUSTO, 1960). Os textos iniciais, aqui designados como “fundantes”, exploram esse tema. Um dos escritos publicados no primeiro tomo da Revista é intitulado *Limites do Rio Grande do Norte com o Ceará*, cujo autor é desconhecido. Tal texto não é assinado, porém foi publicado sob responsabilidade da redação da revista. E o documento narra as linhas divisórias e de limites desde a colonização com base em documentos transcritos. Sob a forma de síntese histórica, esse escrito aborda um tema caro aos sócios do IHGRN, que é justamente a questão territorial. Levando seu objeto de interesse ao passado, o texto comenta que uma das atenções do “governo central da colônia foi defender e conservar o território do norte, tido diretamente atacado pelos piratas franceses, ingleses e holandeses” (*Limites do Rio Grande do Norte e Ceará*, 1903, p. 03). O início do texto traduz a questão colocada para esses sócios lidarem, que é o problema territorial. O que se tem aqui é uma História para combate, para contenda política. O texto aqui dito é um dos vários exemplos dos usos do passado na historiografia para lidar com as adversidades do mundo presente.

São casos nos quais há o encontro entre intelectuais, memória, História e projetos políticos (SOIHET, 2009).

Compreende-se que a disputa pelo poder transcende a simples dicotomia entre dominantes e dominados, isto é, ela vai além dessas categorias. O poder surge como o principal orientador na busca por conhecimento que se pretende legítimo. A contenda entre Ceará e Rio Grande do Norte suscita reflexões sobre como os discursos dos historiadores conferem poder e legitimidade ao embate jurídico. O discurso do historiador emerge como uma ferramenta para conferir a verossimilhança e a aspiração pela verdade. Em essência, o conhecimento também se manifesta como uma forma de poder.

A revista do IHGRN foi utilizada para propagar as temporalidades e as espacialidades para um projeto de *Rio Grande de Norte*. Estava em jogo uma produção de identidades. Os textos abordam a História de municípios, a comemoração em torno de personagens de eventos como Frei Miguelino, o indígena Felipe Camarão ou mesmo outros integrantes do IHGRN, os políticos e governadores, entre sujeitos da vida política do Rio Grande do Norte. Sendo assim, entende-se aquela Revista como um espaço de disputa, de consagração social, que tem suas próprias regras, sua dinâmica de legitimidade e forças atuantes em prol de construção de passados, memória e histórias.

Se, por um lado, o IHGRN detinha as rédeas da História e da Geografia no estado, a Associação dos Professores do Rio Grande do Norte (APRN) lançou mão da divulgação e da produção de saberes para a educação. Foi com a prerrogativa da expansão do poder a partir do que se era escrito que foi criada a *Revista Pedagogium*, em 1921. Este periódico, que estava ligado a idealizadores da educação do Estado, tinha como prerrogativa principal discutir, analisar e, em certas publicações, sugerir como o ensino no Rio Grande do Norte poderia ser encaminhado. O texto emanava todo um *dever ser* para a sistematização educacional daquela unidade federativa.

Neste sentido, Manuel Dantas, Eliseu Vianna e Nestor Lima são exemplos de pessoas que se reuniram e publicaram naquela referida revista. Eles lançaram produções textuais que, considerando o caminhar das pesquisas historiográficas, oferecem aos historiadores da educação, por exemplo, uma possibilidade de obter respostas aos questionamentos levantados em suas pesquisas tanto no tocante às questões teóricas quanto no que se refere ao processo de formação da educação do Rio Grande do Norte em si.

Logo, a dinâmica das sociabilidades que visa compreender o sujeito que está pensado a História e a Educação, ou qualquer outra temática, acaba incentivando uma existência daquilo que o historiador francês Jean François Sirinelli (1996) chamou de “redes de sociabilidades” ou, ainda, da formação de “microclimas pensantes”. Para esse estudioso, os intelectuais costumam criar espaços para legitimar seus discursos ideológicos, reunindo-se enquanto pensantes a partir de veículos de comunicação como jornais e revistas ou mesmo a partir de partidos políticos.

Como os historiadores se articulam para pensar o mundo educacional e produzir saberes que se relacionem diretamente com as diversas realidades? Esse mundo da educação, objeto dos sócios da *Pedagogium*, é constituído por diferentes vivências. Ou seja, o Rio Grande do Norte não é uma coisa só. Portanto, como esses sujeitos detinham essas diferenças em sua pena? Ademais, as considerações da pesquisa e do pensar-mundo dessas pessoas não deixaria um rastro das suas classes e dos universos sociais a que pertenciam? O papel social do historiador, neste aspecto, é configurado de qual forma a partir da homologia do campo da História e da Educação? Essas questões mobilizam a próxima parte dessa discussão.

Revista *Pedagogium* e o papel do historiador/professor

A partir do que foi discutido anteriormente, a produção do IHGRN possibilita a historiadores pensarem nesse periódico não só como possibilidade para a obtenção de respostas de suas pesquisas, mas também como um fim para compreender que a importância da conservação de seus acervos nos permite obter a noção de como os seus escritores pensavam as sociabilidades, as educabilidades e os comportamentos políticos e econômicos do estado (AZEVEDO; MEDEIROS NETA, 2022).

Nesta perspectiva, ao se apresentar um modelo de como as suas produções podem ser usadas em alguns desses trabalhos de pesquisa, traz-se como exemplo o uso da já citada *Revista Pedagogium*, publicações relacionadas à ampliação e à avaliação da instrução no estado, em trabalhos de pesquisa relacionados à História da Educação e que, por sua vez, foi criada em 1921 pela APRN. Logo, nomes de intelectuais como Nestor Lima, Eliseu Vianna, Manuel Dantas, José Augusto Bezerra de Medeiros, por exemplo, tornaram-se

frequentes no tratar de conteúdos ligados à expansão da educação pelo setor administrativo do Rio Grande do Norte.

Na pesquisa de Laísa Fernanda Farias (2021) sobre o plano de alfabetização intitulado de *Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo*, projeto político desenvolvido na cidade de Parelhas, no final dos anos 1920, no mandato do então prefeito Florêncio Luciano, que tinha como principal objetivo a erradicação do analfabetismo naquele município, foram utilizados alguns exemplares tanto da *Revista Pedagogium* quanto da Revista do IHGRN no intuito de compreender como pensadores da educação problematizam a expansão do ensino e da aprendizagem no estado a partir das suas publicações.

Logo, ao se utilizar dos volumes da revista para pensar os processos educacionais e como o seu acervo de artigos e publicações possibilita a pesquisa em História da Educação, surge como exemplo de análise uma publicação encontrada na *Revista Pedagogium*, em 1924, do educador Eliseu Vianna no artigo *As Escolas do Sertão*. Ele argumenta sobre a necessidade de expansão do ensino nos recantos mais longínquos da capital Natal. A ideia era a de que as escolas primárias expandissem e chegassem até o trabalhador rural; neste caso, ao sertanejo no interior do estado, seguindo assim a mesma baliza do que outros estudiosos do IHGRN já discutiam em seus artigos e em demais publicações.

No entanto, de qual sertão estava falando Eliseu Vianna quando pensou no alcance da expansão desse módulo de ensino? Quando nos deparamos com esse tipo de análise de um intelectual locado no IHGRN devemos pensar que a leitura feita por ele advinha das informações discutidas entre seus pares dentro das revistas e, conseqüentemente, daquilo que ele queria transmitir para a colônia dos leitores que, tendo acesso ao que ele pensava ser uma escola no Sertão, poderia não só propagar o que estava sendo pensado como também de propagar essa prática caso se tornassem, por ventura, governadores e prefeitos.

Um exemplo de como Eliseu Vianna pensava a expansão das escolas pelo interior do estado do Rio Grande Norte pode ser encontrado no trecho do artigo já mencionado quando ele faz a seguinte observação:

A instrução primária, principalmente, tendo o seu objetivo mais dilatado, desde que visa a todos os indivíduos, não pode, absolutamente, dar preferência a esta ou àquela casta de homens. O habitante do campo, o trabalhador rural, os núcleos mais segregados da comunhão social, o operariado do interior, enfim toda essa grande parte de brasileiros que não vivem a vida da cidade, porém que trabalham para o progresso e a grandeza da cidade precisa também ser educada, ser instruída, elevar-se e

habituar-se no aproveitamento, na assimilação da escola (VIANNA, 1924, p. 06).

Na análise em questão, é necessário compreendermos dois pontos. O primeiro deles é uma não distinção das pessoas no ato de educar, ou seja, a educação era uma possibilidade ou um direito que deveria ser assegurado a todos, o que é interessante se pensarmos na democratização do ensino. Já o segundo ponto é quando o educador fala em segregação da comunhão social, isto é, no distanciamento que havia entre as pessoas do campo e as pessoas da cidade.

Isso tudo ainda nos leva a pensar que, na visão de Eliseu Vianna, no sertão, o trabalhador do campo que não vivia a cultura urbana também era merecedor da educação, do crescimento e do seu melhoramento intelectual até para saber lidar com os novos trâmites e os contatos sociais que estavam sendo intensificados na região do Seridó e na cidade de Parelhas.

O outro nome que aparece, ao analisarmos o desenvolvimento da educação do estado no final dos anos de 1920, foi o educador Manuel Dantas. Ao analisarmos um artigo de Manuel Dantas, escrito na década de 1920, para a *Revista Pedagogium* de número 01, publicação esta efetuada pela associação de professores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, percebemos a insistência que este intelectual reforçava no tocante à expansão da educação no interior do estado com o intuito de ampliar o quadro instrucional que já existia à época.

Em seu artigo “Escolas Rudimentares”, de maio de 1921, o intelectual fez um levantamento de como os governos do Rio Grande do Norte já vinham se preocupando tanto com o combate à seca quanto com a educação no estado; porém, tentando resolver tais embaraços com os recursos que tinha. Segundo Manuel Dantas:

Duas ideias, no Rio Grande do Norte, não têm sofrido solução de continuidade da parte dos dirigentes, desde a Proclamação da República, o problema das secas e a instrução pública. A mensagem inicial do primeiro governador, Pedro Velho, e a última mensagem do atual governador, Antônio de Souza, refletem a preocupação constante de dar combate à seca e elevar, por meio da instrução, o nível intelectual do povo (DANTAS, 1921, p. 32).

Nesta posição inicial, o intelectual ressaltou a falta de políticas públicas para a continuidade do combate à seca e ao analfabetismo. Mas, em seguida, ele advertiu a

preocupação dos governadores quanto a estes problemas e quais saídas poderiam tomar a fim de solucioná-los, ou seja, se não havia uma continuidade desses investimentos não era por culpa dos governos republicanos, mas sim pelos poucos recursos que o Estado possuía para resolver dificuldades tão delicadas até então.

Por consequência, uma alternativa para o melhoramento e para a expansão da educação deu-se com a aprovação da Lei de número 471, de 1920, que autorizava o governo estadual a criar aquelas Escolas Rudimentares em todos os povoados, o que beneficiaria lugares distantes do litoral quando o assunto era a instrução pública.

Segundo Isabela Cristina Santos de Moraes (2018), no trabalho “As Representações do Ensino Público no Artigo ‘Escolas Rudimentares’”, que avalia o intelectual já em análise, a pesquisadora faz uma análise minuciosa do texto em questão e aborda como aquele educador explicava o funcionamento dessas instituições de ensino, bem como sua distribuição no estado. Segundo a autora, Manuel Dantas

ressaltava, ainda, que o tempo reduzido do curso da Escola Rudimentar não representava a finalidade de um sistema particular de ensino, mas era o primeiro estágio do ensino geral. O aprendizado do aluno formado em escola rudimentar, que aprendia a ler, escrever e contar também estava habilitado a prosseguir com o aperfeiçoamento de seus estudos nos grupos escolares e escolas complementares (MORAIS, 2018, p. 09).

Como pôde ser visto, os cursos oferecidos pelas Escolas Rudimentares seriam como espécie de iniciação de analfabetos na educação e que, após terem esse curso primário concluído, eles poderiam prosseguir para os Grupos Escolares para poderem fazer um curso secundário com mais suporte e em instituições mais estruturadas.

Compreende-se, portanto, que a questão da educação e, mais especificamente da alfabetização, era ter menos dispêndio para que, assim, chegasse a um maior número de pessoas, algo que o próprio Manuel Dantas confirmou: “se o estado não pode criar um grupo escolar em cada povoação, poderá criar uma escola rudimentar que funcione isoladamente, ministrando as primeiras noções do ensino primário, desalfabetizando o povo” (DANTAS, 1921, p. 34).

O *Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo* estava em consonância com o pensamento de Manuel Dantas no artigo “Escolas Rudimentares” e, também, com os preceitos de Eliseu Vianna, no trabalho “Escolas do Sertão”, ambos publicados pela própria *Revista Pedagogium*, o que nos ajuda a compreender que houve uma harmonização

pedagógica contra o analfabetismo na qual o Sertão era um local propício ao desenvolvimento e ao progresso; bastava instruir o homem que aqui vivia. Essa constatação nos permite pensar que a construção do Brasil, a partir da importância dada ao par litoral-sertão, fez com que o pensamento de Eliseu Vianna, bem como o de Manuel Dantas, procurasse algum possibilitar ao sertão no sentido de atingir as expectativas educacionais tal qual o litoral. Tal assertiva corrobora com alguma compreensão de que “as ideias pedagógicas são gestos que promovem cortes e mudanças, que enriquecem a História da Pedagogia e moldam a utopia de um modelo educacional ideal” (MEDEIROS NETA, 2023, p. 05).

Ainda sobre o texto “Escolas do Sertão”, convocamos a socióloga Nísia Trindade Lima (2013) quando esta pesquisadora verificou a preocupação dos debates em torno desta região como constituição de um Brasil moderno:

Em minha perspectiva, portanto, ao se observar as continuidades históricas do debate intelectual em torno da dualidade litoral/sertão, se verificam operações cognitivas que teriam por objeto e, porque não dizer, também por objetivo o conjunto da nação e o enfrentamento dos dilemas para a criação de um Brasil moderno (LIMA, 2013, p. 20).

As práticas educativas se distribuem nessas operações cognitivas ressaltadas pela autora por serem essas incitadas pelas primeiras escolas e contribuintes da formulação de um discurso voltado à composição de um novo homem para o sertão em detrimento daquele que é formado e identificado só pelas práticas do campo e da pecuária. Logo, esse novo personagem tinha que acompanhar e se adaptar aos ideais de mundo em transformação e de organização social pensado pelos governos republicanos a nível nacional, estadual e local.

Isso só pôde ser explorado, nesse panorama, graças aos diálogos realizados pelos educadores que publicaram na *Revista Pedagogium* no que concerne a pensar as expansões do ensino no Sertão. Quando Farias (2021) iniciou a pesquisa sobre o *Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo* e todo o seu desenrolar, a autora compreendeu que não poderíamos estudá-lo de uma maneira isolada, ou seja, como um projeto que ocorreu apenas no interior do Rio Grande do Norte sem fazer nenhum diálogo com outras espacialidades.

Tais informações que podem ser obtidas nos impressos do IHGRN e, mais precisamente, nas publicações relacionadas à educação nos possibilitaram pensar e concluir

que tínhamos uma cartografia educacional sendo montada e que o sertão estava sendo palco para algumas dessas transformações.

A pesquisa com base nos documentos impressos para o historiar do século XXI

Em relação ao trabalho de pesquisa com os documentos impressos e, aqui, utilizando-se dos arquivos digitalizados da *Revista Pedagogium* e da Revista do IHGRN, compreendemos que há uma mudança na materialidade da fonte, a qual é tornada digital e disponibilizada para pesquisa em diversos repositórios digitais. O documento pode ser descarregado da nuvem para o banco de dados de algum computador pessoal do pesquisador. Os materiais que, até então, só tinham o acesso por via impressa, com uma ampliação das novas tecnologias conseguimos pesquisar tais materiais a partir dos processos de digitalização e o consequente *upload* em *sites* na rede mundial de computadores (*internet*).

Mediante isso, não podemos deixar de citar que o campo da História tem sido levado a adaptar os seus materiais ao espaço digital, até para não perder a oportunidade de dar seguimento às pesquisas em documentações que já estão em processo de deterioração, algo que é comum acontecer em fontes impressas que estão guardadas nos arquivos públicos. E, mais do que isto, são novas materialidades e novos desafios epistêmicos para a pesquisa histórica (MEDEIROS NETA, 2023).

Com a disponibilização desse tipo de material no sistema de “nuvens da *internet*”, o trabalho do historiador se encontra diante de certa democratização ao menos no que tange ao ciberespaço. Ou seja, é possível obter um acesso a esses documentos em espaços digitais para os quais o pesquisador não precisará se locomover fisicamente a fim de realizar os seus estudos. As revistas supracitadas são um exemplo de como esses trabalhos podem ser realizados sem que haja necessidade de deslocamento do investigador para os laboratórios físicos.

Como visto, os arquivos ganham uma ampliação no que diz respeito à acessibilidade e o campo científico da História acaba sendo enriquecido, haja vista que o trabalho historiográfico passa a poder ser realizado por pessoas de diferentes localidades, inclusive com algum alcance internacional. Essa disponibilização das fontes na *internet* mobiliza a

comunidade para uma maior aproximação de temas de pesquisa, de grupos de estudos, grupos de trabalho e simpósios a partir de tal vinculação engendrada pelo acesso às fontes.

No que tange à relação entre as revistas, podemos apontar as forças políticas atuantes em um âmbito intelectual. Reparar-se-á no quanto elas correspondem a um projeto governamental, que investe na produção de saber para difusão entre aqueles que tiveram acesso às letras e trabalham nos referidos campos de estudo. A Revista do IHGRN é um locus privilegiado para produzir uma identidade para o ente estadual. A *Revista Pedagogium*, por sua vez, volta-se à produção de saberes sobre a Educação, além de explorar identidades e aspectos do que seria o Rio Grande do Norte, isto é, no que diz respeito a quem são os professores, aos problemas da Educação no Estado, ao que pode ser feito para resolver os atritos, às discussões sobre infraestrutura e às soluções tomadas outrora sobre todas essas questões.

Figuras como Nestor Lima e Manuel Dantas são proponentes conhecidos nos dois casos e de modo a propagarem um saber que unisse todos os cantos do Rio Grande do Norte. O primeiro coloca nas duas revistas seu entendimento sobre os conhecimentos em questão. Na Revista do IHGRN, aquele primeiro citado considera que,

portanto, se a História é essa ressurreição de que falava Michelet, tentemos, nós os moços, ressurgir do passado os fatos gloriosos e os dias de dor; rebusquemos os seus arcanos, para ao menos entreconhecer a famosa epopeia do silvícola pouco a pouco jungido à civilização e a ela servindo na paz, como na guerra, com um grande e fiel devotamento; procuremos indagar como se desdobrou a atividade dos colonizadores em busca do âmago da nova terra, aonde ia forjar-se, da fusão do aborígene, do africano e do reinol, esse vigoroso "cerne da nossa nacionalidade", no dizer castiço de Euclides da Cunha (LIMA, 1916, p. 07).

Sendo assim, há um ato de definição e de proposição do que seria a História como uma ciência, justamente o embasamento laboral desses homens, movido pela Revista. Nestor Lima, deste modo, se viu fazendo parte desses dois movimentos. Em um primeiro caso como membro que toma a frente do Instituto; em um segundo momento, como alguém que propõe certas noções de Educação mediante a *Pedagogium*. Discutindo questões como aquilo que os estudantes devem usar ou não ou o que devem vestir ou não ou ainda a História da Educação no Rio Grande do Norte, ele manifesta diariamente o papel social de intelectual do referido estado do Brasil.

O estudo dessas trajetórias possibilita a investigação dessas revistas como objeto privilegiado para entender pensamentos de uma época, o que considerava a personagem e como a memória histórica foi sendo elaborada, as noções de tempo e espaço discursivamente construídas. Aquelas Revistas são volumosas, de modo a consagrar vários temas e nomes diferentes. São diversos associados, no caso do Instituto. Em meados da metade do século XX, o grêmio contava com mais de 150 sócios, entre os efetivos, os honorários e os correspondentes (BEZERRA NETO, 1948).

As duas revistas abrem espaço para estudar diversas temáticas que são objetos de pesquisa do historiador, por exemplo, os usos do passado, a dimensão política governamental na qual se envolvem diversas figuras, tais como bacharéis em direito, médicos, padres, militares; tendo em vista que todas essas pessoas compunham o quadro de sócios do IHGRN, isso nos dá dimensão do alcance social do periódico. Da mesma maneira, o lado da Educação. Esses sujeitos sociais estavam lá, orquestrando as perspectivas para o futuro da Educação no estado. O pesquisador pode se atentar para o arquivo digital do Laboratório de Imagens (LABIM) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e ser capaz de encontrar fotografias e outros documentos que estão vinculados a essa mesma rede social da primeira metade do século XX, que colaborou para produção de saberes no estado norte-rio-grandense. O arquivo contém publicações que não foram expostas nas duas Revistas citadas ou mesmo os livros daqueles autores digitalizados e publicados gratuitamente.

A qualidade das digitalizações também é importante. E dois bancos de dados, tanto do LABIM quanto do Laboratório de História e Memória da Educação (LAHMED) da mesma instituição acima citada, oferecem um trabalho digno de registro. Esse é um dos grandes aspectos que colaboram para a confiança do pesquisador. Mariana Flores chama a atenção para essa credibilidade que a instituição passa ao disponibilizar documentação que garanta boas condições de visibilidade para o pesquisador (FLORES, 2015). Por essas e outras questões é que há uma recomendação para incluir na formação dos historiadores um preparo para lidar com as ferramentas digitais e o conhecimento sobre o espaço digital no qual o profissional dos estudos históricos pode encontrar seu devido objeto de pesquisa.

Considerações finais

O historiador continuará buscando para seu ateliê tudo aquilo que possibilita narrar histórias. Ao longo do tempo, o profissional da História necessita de diversas bases e espaços de pesquisa para tecer temporalidades e espaços. Enquanto o seu objeto de pesquisa se tratar de trabalho mediado pela narração, suas fontes – estejam impressas fisicamente ou digitalizadas – podem propiciar o ato propício ao historiar.

Neste trabalho, investigou-se, em determinados aspectos, como dois materiais impressos do século passado estão hoje disponibilizados na *internet* e podem ser acessados por qualquer pessoa ou pesquisador que tem acesso ao banco de dados digital. O ciberespaço se caracteriza justamente por ter essa acessibilidade facilitada. E, no caso do historiador, certamente quanto mais o acesso às fontes for democratizado, mais a História será livre.

Quanto à História da Historiografia e à História da Educação, e neste caso de pesquisa, ambas ganham demasiadamente com o acesso *online* aos documentos impressos, mesmo considerando que são requeridas novas reflexões e práticas para a operação historiográfica (MEDEIROS NETA, 2023). Graças à digitalização, o trabalho dos historiadores pode ser um pouco mais democratizado, ainda que ele precise passar por um processo de perda ao não ter todos os detalhes, por exemplo, das condições físicas do documento. Na dimensão do estudo do discurso, os acervos *online* ampliam o acesso, indo além da questão presencial.

Tanto a Revista do IHGRN quanto a *Pedagogium* fornecem um montante considerável para as informações sobre como se pensava o estado do Rio Grande do Norte na época de sua fundação e ao decorrer do tempo. Não apenas isso: vale ressaltar as devidas perspectivas do conceito de História e de Educação que se configurava naquelas escritas. São textos fundamentais para se entender a relação entre História e Educação na primeira metade do século XX. Esta pesquisa não encerra aproximações e distâncias intelectuais e políticas entre as duas organizações. Ela abre certos caminhos para se discutir cada vez mais a amplitude das redes de sociabilidade do estado do Rio Grande do Norte.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **O Tecelão dos Tempos: novos ensaios de Teoria da História**. São Paulo: Intermeios, 2019.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AROSTÉGUI, Júlio. **A Pesquisa Histórica**: teoria e método. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

AUGUSTO, José. “O Rio Grande do Norte no Senado da República”. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 53, 1960, pp. 05-20.

AZEVEDO, Laís Paula de Medeiros Campos; MEDEIROS NETA, Olívia Morais de. “100 Anos da *Revista Pedagogium* e a Pesquisa em História da Educação”. In: **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba: PUC-PR, volume 22, número 73, pp. 885-913, abril de 2022. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-416X2022000200885&lng=pt&nrm=iso. Com acesso em: 21 de novembro de 2024. Epub, 17 de dezembro de 2022: <https://doi.org/10.7213/1981-416x.22.073.ao02>.

BEZERRA NETO, Silvino. Quadro dos sócios, por suas diversas categorias, em 31-12-1947. In: **RIHGRN**. Natal, volumes 41-44, 1948, p. 164-169.

BURKE, Peter (org.) **A Escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CEZAR, Temístocles. **Ser Historiador no Século XIX**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

COSTA, Bruno Balbino Aires da. **“A Casa da Memória Norte-rio-grandense”**: o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a construção do lugar do Rio Grande do Norte na memória nacional (1902-1927). Porto Alegre: Universidade do Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado, 589 f., 2017.

CRUZ, Lorena Cavalcante Albano da; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. “A Arquitetura Escolar na Construção do Imaginário Republicano”. In: **Acta Scientiarum Education**, volume 40(2), 2018.

DANTAS, Manoel Gomes de Medeiros. Escolas Rudimentares. In: **Revista Pedagogium**, n. 1, ano I. Natal: Empresa Tipográfica Natalense, julho de 1921.

DANTAS, Manoel. “A Vida Sertaneja – prejuízos”. **O Povo**. Edição de 07 de dezembro de 1889, s/n.

FARIAS, Laís Fernanda Santos de. **Florêncio Luciano e o Plano de Propaganda Contra o Anal-fabetismo em Parelhas – RN**: uma experiência de educação entre o litoral e o sertão (1928-1930). 2021. 130f. Dissertação (Mestrado em História dos Sertões) – Centro de Ensino Superior do Seridó, Universidade do Rio Grande do Norte, Caicó.

FLORES, Mariana da Cunha Thompson. “Os Bancos de Dados, os Arquivos Digitais e o Papel do Historiador. In: **Acervo**. Rio de Janeiro, volume 28, número 02, pp. 240-251, 2015.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos objetos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1995.

LIMA, Nestor. “A Matriz de Natal. In: **RIHGRN**. Natal, volumes 11-13, 1916.

LIMA, Nísia Trindade. **Um Sertão Chamado Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2013.

LIMITES do Rio Grande do Norte com o Ceará. In: **RIHGRN**. Natal, Volume 01, número 02, 1903.

MEDEIROS NETA, Olívia Morais de. “Travessia Epistêmica: o digital e as transformações no ofício do historiador (da educação)”. In: **Revista Educação em Páginas**. Vitória da Conquista, volume 02, p. 121-130, 2023. DOI: 10.22481/redupa.v2.12130. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/redupa/article/view/12130>. Acesso em: 21 de novembro de 2024.

MEDEIROS NETA, Olivia Morais de. “História das Ideias Pedagógicas e as Importações-Exportações: problematizações. In: **HOLOS**, [S. l.], volume 02, número 39, 2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/15100>. Acesso em: 21 de novembro de 2024.

MORAIS, Isabela Cristina Santos de. “As Representações do Ensino Público no Artigo ‘Escolas Rudimentares’, de Manoel Dantas. In: **Research, Society and Development**, volume 07, número 11, pp. 01-14, 2018.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NEVES, Margarida de Souza. “Os Cenários da República: o Brasil na virada do século XIX para o XX”. In: DELGADO, L. A.N & FERREIRA, J. **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo oligárquico da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

NUNES, Clarice. “Cultura Escolar, Modernidade Pedagógica e Política Educacional no Espaço Urbano Carioca”. In: HERSCHMANN, Micael; KROPF, Simone; NUNES, Clarice. **Missionários do Progresso: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro (1870-1937)**. 10. ed. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996, pp. 155-224.

REDAÇÃO. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**. Natal, volume 01, 1903.

SANTOS, Evandro. **Ensaio sobre uma Ética Historiográfica no Brasil Oitocentista: Adolfo Varnhagen, o historiador no tempo**. Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (Tese de Doutorado), 186f., 2014.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. (org.). “O Prelúdio Republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: **História da Vida Privada no Brasil**, volume 03. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SIRINELLI, François. “Os Intelectuais”. In: REMOND, René (org). **Por uma Nova História Política**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003. pp. 231-270.

SOIHET, R.; ALMEIDA, M. R. C.; AZEVEDO, C.; GONTIJO, R. (org.). **Mitos, Projetos e Práticas Políticas**: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. “A Escola da Ordem e do Progresso (Brasil: 1889-1930). In: **Revista da FAEBA**: educação e contemporaneidade. Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Educação I – volume 01, número 01, janeiro/junho, 1992.

VIANA, Eliseu. “Escolas do Sertão”. In: **REVISTA PEDAGOGIUM**, Número 11 – ano IV. Natal: Empresa Tipográfica Natalense, Janeiro e Fevereiro de 1924.

Recebido em: 30 de setembro de 2024

Aprovado em: 04 de novembro de 2024